



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A modernização republicana e a tentativa de domesticar o carnaval popular (Rio de Janeiro, 1889-1930)

Marcos Rodrigues Lage

Brasília, julho de 2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marcos Rodrigues Lage

A modernização republicana e a tentativa de domesticar o carnaval popular (Rio de Janeiro, 1889-1930)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação da Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Léa Maria Carrer Iamashita. - UnB (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª Albene Miriam Menezes Klemi - UnB

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos - UPIS

Brasília, julho de 2023.

Dedicatória

A Deus, pelo dom da vida e por me permitir abrir os olhos todas as manhãs.

Aos meus pais, pelo esforço de me educar, fazendo-me trilhar sempre o caminho do bem.

À minha amada esposa Andreia, e meus amados filhos Guilherme e Giovanna, por toda a paciência, apoio, compreensão e estímulo.

Aos professores do Departamento de História da UnB, pelo profícuo aprendizado ao longo da graduação.

À minha orientadora, pela compreensão diante das minhas dificuldades, e pelos valiosos ensinamentos durante a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Uma das faces do projeto modernizador republicano foi o esforço de “domesticar” o carnaval popular e impor a ele modismos europeus. O intuito era o de eliminar traços que remetessem à cultura e costumes populares tradicionais, percebidos pela elite governante como primitivos. Considerando uma sociedade multiétnica como a brasileira e as diversas formas de expressão cultural tradicionais, o presente trabalho teve como objetivo analisar, além dos esforços “civilizadores” da elite, as estratégias de atuação dos grupos populares carnavalescos cariocas, e que no Rio de Janeiro tinham forte presença cultural africana, diante da repressão/coerção das elites da Primeira República.

PALAVRAS-CHAVES: Carnaval; Cultura Popular; Primeira República; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

One of the faces of the republican modernization project was the effort to "tame" the popular carnival and impose European fads on it. The intention was to eliminate traits that refer to traditional popular culture and customs, perceived by governing elite as primitive. Considering a multiethnic society as the Brazilian and the various forms of traditional cultural expression, this study aimed to analyze, in addition to the "civilizing" efforts of the elite, the strategies of action of popular groups carnival cariocas, and that in Rio de Janeiro they had a strong African cultural presence, facing the repression/coercion of the elites of the First Republic.

KEYWORDS: Carnival; Popular Culture; First Republic; Rio de Janeiro.

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo 1: <i>Belle Époque</i> modernizadora: em nome do progresso de uns poucos e da exclusão de muitos outros	10
Capítulo 2: A civilização das “caóticas” práticas culturais populares.....	17
Capítulo 3: As estratégias de afirmação do carnaval popular.....	27
Considerações finais.....	35
Fontes.....	37
Bibliografia.....	39

Introdução

Ao cursar a disciplina “História do Brasil 3” durante a graduação, interessei-me muito pelo projeto modernizador republicano, desejando conhecer mais sobre suas estratégias de ação. O Trabalho de Conclusão de Curso foi então uma oportunidade de aprofundar os estudos sobre tal projeto. Acabei por recortar para a pesquisa uma de suas faces, que foi a tentativa de “modernizar os comportamentos” dos indivíduos, uma vez que a sociedade brasileira era considerada pela elite governante como atrasada e culturalmente heterogênea.

Perguntava-me como teria ocorrido o esforço da elite para o disciplinamento de uma sociedade multiétnica como a nossa. Ainda mais no Rio de Janeiro, considerado por Darcy Ribeiro como parte do “Brasil negro”, com grupos populares tão variados, que apresentavam os mais diferentes comportamentos. Como teria sido impor costumes europeus sobre tradições populares, em especial, sobre a cultura do carnaval popular?

Sob a perspectiva da História Cultural, abordamos as práticas culturais populares, considerando elementos como samba, carnaval, comportamentos, costumes e valores, e o esforço de afirmação da cultura popular ao longo do projeto elitista da Belle Époque Republicana, que tentava “civilizar” e até eliminar tais práticas da sociedade republicana.

Como vertente epistemológica, nos orientamos pela “História Cultural”, que se destacou na Academia a partir da década de 1970, momento no qual as ciências humanas encontravam-se desassossegadas quanto aos paradigmas do estruturalismo, revelando-se fundamental para a abertura da ciência histórica a novos objetos, temas, campos de estudo, multiplicando o universo temático da história, como salientou Sandra Pesavento.¹ Um campo que tem se empenhado em investigar as formas de expressão e as experiências culturais de diferentes grupos sociais, destacando a atuação de novos sujeitos históricos, incluindo as classes populares.

Definimos então o nosso objeto de estudo - o carnaval popular no Rio de Janeiro, no início do século XX, como um bem cultural dos grupos populares, como prática cultural pela qual os seres humanos constroem significados em sociedade, de forma a explicar e representar o mundo ao seu redor. Tal como esclarece Roger Chartier,

¹ Sandra J. Pesavento. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 69.

o objetivo da História Cultural consiste “em identificar como, em diferentes lugares e períodos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.²

Segundo o historiador inglês Peter Burke, foi a partir do diálogo interdisciplinar com a Antropologia, na esteira da valorização da cultura enquanto objeto de estudo das Ciências Humanas, que as diversas “práticas sociais” ganharam visibilidade no meio acadêmico e passaram a ser motivo de investigação histórica. Segundo este historiador, “Práticas é um dos paradigmas da Nova História Cultural: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica”.³

Certamente, enquanto o carnaval de rua era representado como um brinquedo vulgar, indecente, feio e incivilizado pelas elites cariocas, representava uma prática fundamental para seus brincantes, uma manifestação cultural que ultrapassava os limites da ludicidade, dialogava com a própria forma da sociedade se organizar, ou de se perceber a/na vida. Afinal, como esclarece Jöel Candau, é da representação do mundo que um grupo vai encontrar sua própria identidade, essencial para a estruturação do mesmo, de forma a constituir-se em uma memória organizadora.⁴

O nosso objetivo foi entender, além dos esforços “civilizadores” da elite, as estratégias de atuação dos grupos populares carnavalescos cariocas que, no Rio de Janeiro, tinham forte presença cultural africana, diante da repressão/coerção das elites republicanas. Como teria o carnaval dos populares passado a ocupar posteriormente um lugar de destaque junto à sociedade republicana?

Como suporte historiográfico a respeito do carnaval popular, utilizamos as obras de Maria Clementina Pereira Cunha e Eric Brasil Nepomuceno. Em “Ecos da Folia” e “Não tá sopa: Sambas e sambistas no Rio de Janeiro”,⁵ Clementina Cunha trata da vida cotidiana dos participantes e frequentadores das rodas de samba no Rio de Janeiro, com ênfase na região apelidada de “Pequena África”, além de descrever a relação desses indivíduos na sociedade republicana: suas experiências, contatos, disputas e tensões entre diversos atores sociais.

2 Roger Chartier. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 16.

3 Peter Burke. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 78.

4 Jöel Candau. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019, p.44.

5 **Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; & **“Não tá sopa”: Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930**. São Paulo: Editora Unicamp, 2016.

A tese de Eric Brasil Nepomuceno, “Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no Pós-Abolição”,⁶ é um estudo de história cultural acerca das experiências de mobilização negra através dos carnavais das cidades do Rio de Janeiro e de Port-of-Spain, Trinidad, entre 1838 e 1920.

Utilizamos ainda a obra de Léa Maria Carrer Iamashita, “Ordem” no mundo da “Desordem”: modernização e cotidiano popular”, que trata do ordenamento modernizador adotado pelo Estado Imperial Brasileiro, cujo propósito era estabelecer leis gerais e impessoais, comuns a todos os cidadãos, a fim de contrapor à “cidade de tumultos” a “cidade racional e orgânica”. O trabalho nos ajudou a entender os conflitos/ resistências/negociações permanentes que se digladiam no cotidiano social.

A pesquisa das fontes documentais partiu de consultas junto aos periódicos e revistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional digital - Hemeroteca Digital Brasileira. As principais documentações utilizadas foram provenientes da:

- Gazeta de Notícias, jornal carioca diário, fundado em 1875, que chegou a ser um dos principais jornais da capital federal, durante a Primeira República.

- Correio da Manhã, jornal carioca diário e matutino, fundado em 1901, considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira, destacando-se como um “jornal de opinião”.

- Kosmos, revista mensal, lançada em 1904, que tratava de amenidades, com reportagens sobre o cotidiano carioca, críticas teatrais e literária, além de crônicas, contos e poesias.

- Careta, revista lançada em 1908, com publicação semanal e de caráter humorístico e satírico, que teve ampla circulação nacional.

O trabalho seguiu o recorte temporal de 1889 a 1930, e foi estruturado em 3 capítulos. No primeiro, nos dedicamos a apresentar o projeto modernizador republicano, que visava às reformas urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, que acabou por excluir os segmentos populares da área central do Rio, e ainda orientando-se pela ideologia do racismo científico.

No capítulo 2, tratamos do controle das práticas populares, da modernização de hábitos e comportamentos sociais, e do modo como a polícia planejou ordenar a sociedade brasileira.

⁶ Eric Brasil Nepomuceno. **Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no Pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)**. Tese PPGH/UFF, Niterói, 2016.

No terceiro e último capítulo, voltamo-nos para as formas de resistência dos grupos populares brincantes do carnaval, para as formas como conseguiram se adaptar às exigências legais, superando percalços e preconceitos impostos pela elite republicana.

Capítulo 1 – *Belle Époque* modernizadora: em nome do progresso de uns poucos e da exclusão de muitos outros

O período que seguiu à Proclamação da República foi marcado pelas ideias de progresso, liberdade, ciência e civilização à moda europeia, almejados pela classe dirigente republicana. A ideia de um Brasil pujante e moderno contrastava, ao mesmo tempo, com os dilemas e desafios enfrentados por grande parte da sociedade carioca no seu cotidiano.

Sob os pilares da “ordem e progresso”, problemas como desigualdade social e racial, falta de oportunidade de trabalho, entre outros afetavam a massa popular. Em meio a esta realidade, nascia a República respirando “ares” de renovação e composta de um projeto modernizador elitista, cujo propósito era “varrer” o arcaico, a inércia, enfim todo o atraso que a Monarquia simbolizava pela ótica do governo republicano.

Como na percepção daquela sociedade “*fin de siècle*” a cidade era o lugar da construção da modernidade e a metrópole era percebida como a forma mais específica de realização da vida moderna,⁷ as classes dirigentes brasileiras se esforçaram para tornar suas capitais belas, higiênicas e ordenadas. Particularmente a cidade do Rio de Janeiro, capital da recente República implantada, virou um canteiro de obras, a fim de que adquirisse uma feição de cidade moderna e civilizada, que refletisse a imagem do progresso, tornando-a atraente aos estrangeiros.

A cidade do Rio chegou ao início da República mantendo uma feição colonial e, portanto, não moderna: era percebida como feia, ultrapassada, desorganizada, irracional, suja, repleta de doenças e maus odores. As condições insalubres constituíam um entrave para a modernização e o progresso desejado. Em uma análise sobre as condições higiênicas da urbe, o historiador Nicolau Sevckenko observa que:

O Rio apresentava focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela, que todo verão se espalhava pela cidade como uma maldição. Por isso a cidade tinha, desde o século XIX, a indesejável reputação de “túmulo do estrangeiro”.⁸

7 Marcela Cockell Mallmann. Pelos becos e pela avenida da *Belle Époque* carioca. In: **SOLETRAS**, Ano X, n. 20, jul./dez. 2010. São Gonçalo: UERJ, 2010, p. 106.

8 Nicolau Sevckenko. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 22.

Na virada para o século XX, faziam parte das tradições cariocas alguns hábitos rurais, tais como a venda ambulante de alimentos, o comércio de leite em que as vacas eram levadas de porta em porta, a criação de porcos dentro dos limites urbanos, a exposição da carne nas portas dos açougues e a perambulação de cães vadios.⁹

Esse quadro caótico era acentuado principalmente pela ocupação desordenada e por conta da infraestrutura precária da cidade. Desde as duas últimas décadas do século XIX veio se constatando um inchaço populacional na urbe, provocado, entre outras condições, pela abolição da escravatura em 1888, e pela não menos importante condição de cidade portuária sempre recebendo em seu cais todo o tipo de viajantes e imigrantes.¹⁰ Afinal, “a cidade do Rio de Janeiro era o principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires”.¹¹

Além do crescente fenômeno da imigração, Fabiana Silveira Moura explica que:

Com o aumento em grande escala do número de moradores e de habitações populares do centro da cidade, ex-escravos e pequenos comerciantes, em busca de trabalho e moradia, deram vida aos casarões antigos e abandonados da região central do Rio. Região esta onde se originaram cortiços como o “Cabeça de Porco” e na qual se formaram centenas de famílias pobres, sem privacidade e conforto, se sujeitando aos altos preços cobrados pelo senhorio.¹²

À época, o “Cabeça de Porco”, era o maior e mais famoso cortiço situado à Rua Barão de São Felix, no Centro do Rio de Janeiro, onde viviam cerca de quatro mil moradores, dentre eles trabalhadores livres, libertos e escravizados. O cortiço veio abaixo em 26 de janeiro de 1893, durante a administração do Prefeito Barata Ribeiro, que na ocasião já tinha o intuito de modernizar a cidade. Destacamos a seguir um pequeno trecho da reportagem sobre a demolição, publicada no periódico Gazeta de Notícias:

Então quem alli se achava, pode observar um espectáculo que não deixou de impressionar tristemente. Via-se sahirem d’aquelles quartos estreitos e infectos mulheres e homens que imploravam ás auctoridades os deixassem permanecer ali por mais 24 horas. Muitas

9 Jeffrey D. Needell. **Béle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 57.

10 Felipe Ferreira. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 231.

11 Nicolau Sevcenko. *Op cit*, p. 22.

12 Fabiana Silveira Moura. **A rua e seus olhares: A Belle Époque carioca nas crônicas de João do Rio e Machado de Assis**. Dissertação - Curso de Mestrado em Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 12.

destas mulheres e algumas crianças, banhadas em lágrimas, retiravam as suas camas, cadeiras, e outros objectos de uso.¹³

Mas, se muitos moradores foram desalojados do “Cabeça de Porco”, em 1893, muito mais pessoas seriam desalojadas durante a reforma urbana conduzida pelo prefeito do Rio, Pereira Passos, iniciada em 1904. O prefeito iniciou o desmonte do Morro do Castelo para abrigar a Avenida Central da “nova cidade”, o que desalojou milhares de pessoas. O movimento do bota-abaixo, significou a derrubada de muitos casarões históricos antigos e abandonados, mas habitado por muitos pobres, que se viram expulsos dos seus lugares de morada, sem ter para onde ir. Robert Moses nos esclarece bem a profundidade daquelas interferências na cidade:

[...] à cidade de tumultos a elite irá contrapor a cidade orgânica, capaz de produzir efeitos concretos sobre a vida dos cidadãos, suas relações, sua vida econômica e social. Não se trata de curar a cidade, mas de construir uma segundo um modelo do que deve ser uma cidade. É pela medida dessa cidade ideal que se mede a desordem de outras cidades. Qualquer desvio desse modelo era uma perturbação sanitária [...]¹⁴

Moses nos diz que não se tratava de uma simples intervenção “de cura da cidade”, mas sim de construir uma “outra” cidade, racional, disciplinada. No ideal da “cidade disciplinar”, a segmentação do espaço arquitetônico era como uma espécie de lei, que asseguraria a funcionalidade das coisas.¹⁵ Foi o golpe derradeiro, e nesse aspecto destaca-se que:

Pereira Passos não condenava apenas as ruas estreitas e imundas, mas também as fachadas sem pintura, os estilos rurais de consumo e os aspectos “bárbaros” do Carnaval. Quem sabe o último aspecto seja, afinal, o mais revelador; com seus entrudos e cordões, o Carnaval expressava em parte uma cultura afro-brasileira da qual a elite afinada com os padrões europeus se envergonhava.¹⁶

Tal medida desalojou os populares, levando-os a procurar abrigo nos morros e subúrbios da cidade, bem como enfatiza Sevckenko:

13 “A Cabeça de Porco”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 Jan 1893, n. 26, p. 2.

14 Robert Moses. *apud* Léa Maria Carrer Iamashita. “**Ordem**” no mundo da “**Desordem**”: **Modernização e cotidiano popular (Rio de Janeiro, 1822-1840)**. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009, p. 109.

15 Mônica Pimenta Velloso. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 8.

16 Jeffrey D. Needell. *Op cit*, p. 71.

Só lhes cabia arrebanhar suas famílias, juntar os parques bens que possuíam e desaparecer de cena. Na inexistência de alternativas, essas multidões juntaram restos de madeiras de caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercavam a cidade, cobrindo-os com folhas de flandres de latões de querosenes desdobrados. Era a disseminação das favelas.¹⁷

Percebe-se que a proposta do governo republicano era afastar para os arredores e subúrbios cariocas, esconder a população pobre do que deveria ser a vitrine para a Europa. Haja vista que as elites brasileiras não se viam mestiças, daí os esforços envidados para tentar eliminar qualquer elemento que remetesse à cultura e costumes populares.

No centro reformado e belo do Rio de Janeiro não deveriam permanecer populações pobres, sujas, deselegantes, que lembrassem do atraso e da miséria do país. Naquele contexto histórico as ideias positivistas, deterministas e cientificistas grassavam o ocidente como os recentes estudos “científicos”, que tentavam comprovar a inferioridade dos grupos étnicos africanos, indígenas americanos e os mestiços deles. Como destaca a historiadora Mônica Pimenta Velloso, no florescer do século XX predominava uma visão pessimista da nacionalidade mestiça do Brasil, caracterizada pelo “atraso cultural” e pela “inferioridade étnica”.¹⁸

Dessa forma, o “racismo científico”, sustentado pelas teorias de Joseph Arthur de Gobineau (diplomata, escritor e filósofo francês), se fazia presente na ideologia republicana. Para Gobineau, as raças humanas seriam diferentes uma das outras e a branca permanente e inerentemente superior a todas.¹⁹ Essa teoria, surgida ao longo do oitocentos, seria determinante para a compreensão do processo de exclusão social e nortearia o pensamento de membros da intelectualidade nacional, muitos deles, paradoxalmente, mulatos. Segundo a historiadora Léa Maria Carrer Iamashita:

Ao final do século XIX, predominava entre os intelectuais brasileiros a aceitação dessas teorias racistas. Assim, a constituição mestiça era percebida como indício de inferioridade da gente brasileira, uma vez que, segundo essas teorias, os cruzamentos raciais produziram seres

17 Nicolau Sevcenko. *Op cit*, p. 23.

18 Mônica Pimenta Velloso. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v.1, 3 ed, p. 355.

19 Thomas Skidmore. *apud* Albene Miriam Menezes Klemi. Intelectuais da Primeira República: a raça como problema nacional da modernização do Brasil. In: IAMASHITA, Léa M. Carrer (Org.). **Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais**. Brasília: Verbena Editora, 2016, p. 103.

degenerados física e mentalmente. Cita-se aqui o médico Nina Rodrigues, iniciador, no Brasil, da antropologia centrada nas questões da raça e que se valia de técnicas de antropometria na década de 1890. O literato Sílvio Romero tentava equacionar o problema da nacionalidade brasileira, enquanto procurava solução para o futuro racial do Brasil, como a proposta na “tese de branqueamento”.²⁰

Cabia aos intelectuais brasileiros fazer mais do que o simples exercício intelectual. Por exemplo, Olavo Bilac, poeta e jornalista, um dos principais porta-vozes da elite, em crônica publicada na Revista Kosmos, no mês de março de 1904, comemorou o início das demolições na cidade do Rio:

Ha poucos dias, as picaretas, entoando um hymno jubiloso iniciaram, os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condemnadas [...] No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atrazo, do Opprobio. A cidade colonial, immunda, retrograda, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiaes que desabavam. Mas o hymno claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam ellas, - as picaretas regeneradoras ! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que ellas diziam, no seu clamor incessante e rythmico, celebrando a victoria da hygiene, do bom gosto e da arte !²¹

Na crônica citada, Bilac se apresenta como um autêntico entusiasta da *Belle Époque* carioca, chegando a chamaras picaretas que tanta dor causavam ao derrubar a morada das pessoas pobres de “picaretas regeneradoras”. Contudo, Lima Barreto, jornalista e escritor, não comungava dos mesmos propósitos defendidos por Olavo Bilac. Homem de origem pobre, mulato vítima do preconceito, expressava empatia às camadas populares ao fazer uma crítica contundente à modernização da cidade, como mostra a crônica “Megalomania”, publicada em 28 de agosto de 1920, na Revista Careta:

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, actualmente, que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras. São reformas sumptuárias na cidade; coisas fantasticas e babylonicas [...] que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível [...] Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa molestia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e

²⁰ Léa Maria Carrer Iamashita. Educação, modernização e eugenia nos projetos de nação brasileira, na década de 1920. In: IAMASHITA, Léa M. Carrer (Org.). **Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais**. Brasília: Verbena Editora, 2016, p. 62-63.

²¹ Olavo Bilac. Chronica. In: **Kosmos**. Rio de Janeiro, Mar. 1904, n. 3, p. 4.

social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões scenographicas. Não ha casas, entretanto queremos arrazar o morro do Castello, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. Remodelar o Rio ! Mas como ? Arrazando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não elle.²²

Como podemos perceber, no projeto de reformar a cidade do Rio, incluía-se o afastamento dos pobres das áreas embelezadas da cidade, como também o controle das atitudes e comportamentos da sociedade, a padronização de costumes, o que implicou pontualmente sobre as tradições populares, as quais a alta sociedade não tolerava, pois eram consideradas atrasadas, incivilizadas e bárbaras.

No caso do Rio de Janeiro, que tem considerável peso da civilização africana, lugar onde estes indivíduos cultuavam suas raízes culturais, a elite procurou “civilizar” as práticas religiosas, o canto, a dança, o samba e as celebrações carnavalescas.

Veremos no capítulo a seguir, como o Estado republicano promoveu a repressão aos capoeiras, curandeiros, candomblecistas, músicos e sambistas que exerciam justamente as práticas culturais populares que, segunda a perspectiva da classe dominante, representavam o entrave à modernidade almejada.

A europeização não era só da fachada dos edifícios. Como destaca Sevcenko, “às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as pessoas ao se cruzarem no grande bulevar não se cumprimentavam mais à brasileira, mas repetiam uns aos outros: “Vive la France!”²³

O mesmo autor esclarece que, entre 1900 e 1920, houve uma crescente e agressiva onda publicitária causada pela interação entre as modernas revistas ilustradas, introduzindo a sociedade a novos padrões de consumo baseado no estilo europeu.²⁴ Aos poucos, o Rio de Janeiro foi tomado por modismos importados especialmente da França, e com uma face cosmopolita. Este cosmopolitismo podia ser percebido na agitação, no ritmo acelerado da cidade: movimento nos portos, comércio, pessoas lendo notícias nos jornais, etc.

Sendo assim, a alta sociedade falava francês, escrevia francês, ouvia música francesa, bebiam em cafês ao estilo parisiense. Como podemos ver nas imagens a seguir, a *Belle Époque* francesa influenciou grandemente os padrões e comportamentos na alta sociedade carioca.

²² Lima Barreto. Megalomania. In: **Careta**. Rio de Janeiro, 28 Ago 1920, Ed. 636, p. 37.

²³ Nicolau Sevcenko. *Op cit*, p. 26.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 37.



Imagem 1 – A Confeitaria Colombo, localizada à Rua Gonçalves Dias, simboliza a *Belle Époque* carioca. **Careta**. Ed. 744, 1922, p. 28.

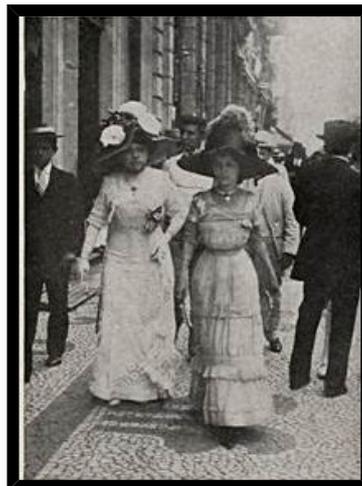


Imagem 2 – Na Avenida Central, à tarde. **Careta**. Ed. 142, 1911, p. 28.

Na imagem à esquerda vemos o salão da Confeitaria Colombo, decorado ao estilo parisiense. À direita, vemos duas senhoras passeando elegantemente e trajadas à francesa, pela Avenida Central.

Mas além de instaurar “comportamentos civilizados” como frequentar os cafés-confeitaria, caminhar nos passeios públicos ajardinados, fazer compras na Rua do Ouvidor, a elite buscava extirpar as práticas sociais consideradas não civilizadas ou, pelo menos, enquadrá-las em molde minimamente “civilizado”. Muitas críticas passaram a ser feitas a várias práticas populares, inclusive a festas consolidadas no país, como o carnaval.

A elite republicana tentou até europeizar o carnaval. Mas isto seria porque a elite percebia o carnaval popular como feio? Deselegante? Selvagem? Ou porque era praticado por pessoas “sem classe”, pobres e incivilizadas? Ou pelos dois motivos? No próximo capítulo trataremos particularmente do cerceamento às práticas populares cariocas.

Capítulo 2 – A civilização das “caóticas” práticas culturais populares

No primeiro capítulo vimos o esforço da elite republicana em mudar espacialmente a cidade. Porém, a mudança desejada para a Rio não era só a mudança material, ou, a mudança “dos espaços”. Era também uma mudança cultural, de hábitos e de comportamentos dos grupos populares da sociedade. Desse modo, a classe dirigente que assumiu o poder logo após a Proclamação da República preocupou-se com o ordenamento da sociedade brasileira no pós Abolição da Escravidão. Isto porque, se a República era a sociedade de iguais perante a lei, para que parecessem mais “iguais” (e mais civilizados) os populares deveriam ser ordenados, organizados, conforme a lógica de ordem da elite.

Após a Abolição da escravatura, ocorreu de fato um crescimento desordenado dos grupos e manifestações populares, percebido pela elite como “massas perigosas”:

A liberdade civil outorgada aos antigos escravos desenvolvera um profundo sentimento de medo nas camadas superiores, que jazia muito mais no inconsciente do que vinha à tona, mas que produzia, como consequência, evidentes comportamentos de defesa contra o que poderia acontecer, agora que a massa das gentes de cor não estava mais sob o domínio dos senhores.²⁵

Essa preocupação era tão premente que antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, foi promulgado o Código Penal Republicano, por meio do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Assim, sob o argumento de acelerar a modernização espacial, tecnológica e comportamental, a República tratou de buscar uma “padronização” de comportamento do novo cidadão republicano, controlando socialmente o espaço urbano e procurando disciplinar as manifestações populares.

Começemos por abordar a repressão à prática da capoeira. Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos, durante o Império, os capoeiras eram utilizados tanto por liberais, como por conservadores como uma milícia paramilitar. Já no regime republicano, capoeiras, imigrantes e pobres eram apontados pelos chefes de polícia como sendo os principais responsáveis pelo número cada vez maior de roubo, latrocínio

²⁵ Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 55.

e prostituição. A repressão aos capoeiras contou com a ação desmedida de forças policiais, que obtinham o apoio da imprensa e de moradores de classe média que contribuíam delatando os nomes e paradeiro dos praticantes.²⁶

Aos reincidentes da capoeiragem a repressão era ainda maior, pois de acordo com os artigos 399 a 403 do Código Penal, estes deveriam ser recolhidos por 1 a 3 anos em colônias penais, em ilhas marítimas ou nas fronteiras do território.²⁷

Outro grupo visado pela elite republicana era o de religiosos que prestavam consultas a fim de curar doenças e outros problemas variados. Por isso, a leitura do Código Penal, nos dispositivos situados no Livro II, Título III, Capítulo III, evidencia a prática do espiritismo e curandeirismo como crimes contra a saúde pública:

Art. 157 – Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.

Art. 158 - Ministrando, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro.²⁸

Ao cercar as atividades dos curandeiros, proibia-se também as manifestações articuladas à cultura afro-brasileira. João do Rio, referência inevitável quando se fala nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, em crônica intitulada “As Religiões no Rio”, afirmou que “Os feiticeiros formigam no Rio, espalhados por toda a cidade, do cães à Estrada de Santa Cruz”;²⁹ evidenciando que tais atividades, cuja medicina científica condenava, eram bem recorrentes e tinha uma clientela assídua.

Como era o costume popular, muitos indivíduos iam ao encontro de curandeiros, haja vista não dispor de meios financeiros para tratar da saúde com médicos neste período. Vejamos reportagem veiculada pelo jornal O Paiz, em julho de 1900:

José Rodrigues Junior, morador à rua Engenho de Dentro n. 76, tendo consultado um curandeiro, por se achar doente, recebeu dele para tomar uma droga, que ainda mais agravou o seu estado. Tendo notado que José Rodrigues apresentava sintomas de envenenamento, seus vizinhos comunicaram o fato ao delegado da 1ª circunscrição

²⁶ Myrian Sepúlveda dos Santos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. In: **TOPOL. Revista de História**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p. 145-146.

²⁷ Ver Coleção de Leis do Brasil, 1890, Página 2664, Vol. Fasc. X. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

²⁸ *Idem*.

²⁹ João do Rio. “As Religiões no Rio”. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 14 Mar. 1904, Ed. 74, p. 2.

suburbana, que mandou medicar o enfermo pelo Dr. Justino de Novaes, enviando-o depois para o hospital da Misericórdia. Contra o curandeiro foi aberto rigoroso inquérito.³⁰

A atuação dos agentes da lei no curso da Primeira República, cujo propósito era coibir “maus hábitos”, pode ser consultada através de várias reportagens da Imprensa carioca.

No jornal *Gazeta de Notícias*, datado de 4 de maio de 1917, encontramos notícia intitulada “O Candomblé do Ludgero foi por água abaixo”, que nos narra a invasão pela polícia na casa nº 157, da rua Cardoso Junior :

Ao chegar ao *consultório*, a autoridade ficou surpresa em ver tanta gente ali, em silencio quasi religioso. Eram cerca de 30 crentes que ouviam, pasmados, boquiabertos, a palavra do *magico* Ludgero Marques da Silva, bahiano, de cor preta e que na sessão estava com umas vestes de cor avermelhada. [...] Por todos os cantos viam-se bugigangas: passaros, armas, pinturas de toda a sorte. Ludgero e seu secretário foram autoados e mettidos no xadrez, enquanto que os fieis ficavam detidos por algumas horas, para ver se tomavam mais juízo...³¹

Em 1916, outra matéria veiculada pelo *Gazeta de Notícias*, nos mostra mais uma ação policial, resultando em 4 prisões:

A policia do 9º districto varejou a casa n. 185 da rua de S. Carlos, onde funciona um “candomblé”. Á hora em que a policia alli penetrou, o pessoal estava em sessão, havendo regular assistencia. A policia, no entanto, apenas conseguiu prender Virgilio de Almeida, de 21 annos; Maria Thomazia da Conceição, preta de 58 annos; Maria Julia, também preta, de 48 annos e Laura Costa, de 23 annos, da mesma côr, por ter o resto do pessoal conseguido fugir. Na casa varejada, a policia apprehendeu grande quantidade de bugigangas, rosarios, sapos seccos, hervas, etc. Os quatro presos vão ser processados.³²

Entre muitos episódios ocorridos, estes são alguns exemplos da repressão policial contra curandeiros e cultos afrodescendentes praticados por grupos pobres, seguidos de prisões arbitrarias.

³⁰ “NA CENTRAL”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 14 Jul 1900, Ed. 5759, p. 2.

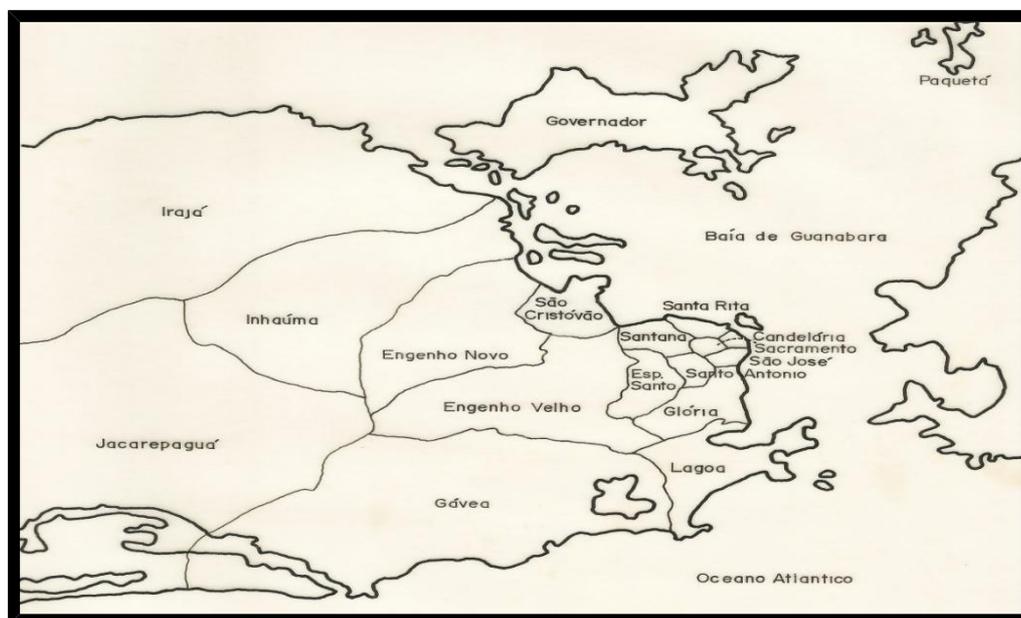
³¹ “O Candomblé do Ludgero foi por água abaixo”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 4 Maio 1917, Ed. 123, p. 3.

³² “A ‘mae-santa’ e os ‘devotos’ foram presos”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 Jul 1916, Ed. 209, p. 4.

De acordo com a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, junto a estas medidas estava o discurso francamente racista da década de 1890, que desenhava os “africanismos” como uma ameaça ao próprio futuro do país,³³ na qual a elite republicana procurava retirar os vestígios da cultura afrodescendente do cenário da cidade.

Estes sinais da cultura africana ainda mais se evidenciam se tomarmos por base os dados levantados por Cunha. De acordo com a historiadora, em 1906, o Rio de Janeiro contava com 805.335 habitantes, distribuídos desigualmente por bairros centrais, subúrbios e freguesias rurais. De modo que, o trecho urbano apelidado de “Pequena África” abrigaria cerca de 15% desta população em Santana e Santa Rita, antigas freguesias de pequena extensão, mas densamente povoadas,³⁴ que concentravam grupos festeiros e associações carnavalescas, além de terreiros e outros lugares associados aos cultos afro-brasileiros.

Freguesias do antigo Rio de Janeiro



Site: História do Rio para todos. RF Pereira (Acervo particular). Disponível em: <<https://historia.dorioparatodos.com.br/timeline/1824-estatisticas-da-cidade/1824-141r-freguesias/>>.

É importante ressaltar que os negros baianos, radicados nessas regiões, em apego às suas tradições culturais, introduziram novos hábitos, costumes e valores que acabaram por influenciar a cultura carioca.³⁵ Rachel Soihet, por exemplo, nos fala da

33 Maria Clementina Pereira Cunha. *Ecos da folia...*, *Op cit*, p. 176.

34 Maria Clementina Pereira Cunha. “*Não tá sopa*”..., *Op cit*, p. 116.

35 Mônica Pimenta Velloso. *As tias baianas tomam conta do pedaço...*, *Op cit*, p. 2.

afinidade entre o samba e a religiosidade de matriz africana, que predomina há mais de um século, indicando que não é sem razão que o próprio local dos ensaios de ambas as práticas denominava-se terreiro, termo idêntico para referir-se ao local de fazer samba e ao local onde se realizavam as cerimônias do candomblé.³⁶

Segundo entrevista feita por Soihet, dona Neuma Gonçalves, da Escola de Samba Mangueira, declarou que quase todos esses “festeiros” eram líderes de cultos afro brasileiros, e na Mangueira, quanto aos blocos da tia Tomásia, da tia Fé, do tio Julio, do “seu” Zé Espinguela:

era tudo terreiro da macumba, e o que é mais engraçado é que a roupa do santo que eles vestiam na macumba, eles aproveitavam para o desfile e saíam com aquelas roupas; pediam licença pro santo no terreiro e era bonito o pedido; tinha um ritual pra eles abrirem mão da roupa do carnaval.³⁷

Os termos “tios” e “tias” mencionados no depoimento, se referem aos mais velhos da comunidade. Geralmente, cabia às mulheres desempenhar o papel de verdadeiras chefes de uma “grande família”, o que ia de encontro com o modelo de sociedade patriarcal, típica da época. Suas casas constituíam espaços de sociabilidade para festas, encontros e reuniões de confraternização.

João Machado Guedes, sambista conhecido como João da Baiana e filho de tia Perciliana, também afirmou em depoimento que frequentava essas festas desde os dez anos nas casas das tias baianas - Ciata, Amélia, Rosa,

umas moravam na Senador Pompeu e outras na rua da Alfândega e rua dos Cajueiros, (...) tinha os sambas corridos, aqueles que nós cantávamos. E havia também o samba de partido alto que eu e o Donga sambávamos. No partido alto cantava-se em dupla, trio ou quarteto, nós tirávamos um verso e o pessoal cantava um de cada vez. No samba corrido todos faziam coro. (...) Desde garoto eu já fazia samba. Minha mãe gostava, lá em casa todos eram baianos menos eu, que sou carioca. Minha mãe gostava porque eu dei para o candomblé, para a batucada, para a macumba, e gostava de compor.³⁸

36 Rachel Soihet. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). In: **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2007, p. 89.

37 Entrevista de D. Neuma Gonçalves *apud* Rachel Soihet. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. In: **Trajetos** – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Deptº de História da UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2001, p. 15.

38 Entrevista de João da Baiana em *As vozes desassombradas do museu*, Museu da Imagem e do Som. *apud* Roberto Moura. **Tia Ciata e a Pequena África no Brasil**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Depto Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995, 2 ed., p. 93-94.

Em face dos depoimentos, é possível perceber que a religião afro-brasileira constituiu elemento agregador entre os amantes da folia. Nesse aspecto, cresceu em importância a presença das tias da “Pequena África”, diretamente ligadas aos terreiros de candomblé e presentes na cena carnavalesca.

Nos espaços públicos, as tias baianas também faziam parte do cotidiano carioca, marcando presença nas esquinas, praças, largos, estações de trem e nas festas devocionais, notadamente a festa da Igreja da Penha, com as suas barracas de comida típica. As barracas das tias significavam verdadeiros pontos de encontro e de identidade cultural, onde as rodas de samba e capoeira atraíam um número cada vez maior de adeptos e simpatizantes.³⁹

A tradicional Festa da Penha, uma alternativa de divertimento popular na cidade, era comemorada durante os quatro domingos do mês de outubro e simbolizava o “grito de carnaval”. Originalmente dominada por portugueses e seus descendentes, a festa, de tão popular, começaria a receber um contingente cada vez maior de negros nas primeiras décadas do século XX. Ali, os sambas eram “lançados” e popularizados, para depois cair na boca do povo, no carnaval do ano seguinte.⁴⁰

O desgosto da elite por essa africanização dos costumes pode ser percebido na crônica de Olavo Bilac, publicada na revista *Kosmos*, em 1906, quando o escritor rechaçou com veemência a “africanização” do festejo popular:

Ha tradições grosseiras, irritantes, bestiaes, que devem ser impiedosa e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização. Uma d'ellas é esta ignóbil festa da Penha que todos os annos, neste mez de outubro, reproduz no Rio de Janeiro as scenas mais tristes das velhas saturnaes romanas, transbordamentos tumultuosos e allucinados dos instinctos da gentalha [...] Já não é possível comprehender a festa da Penha sem bebedeiras e facadas. De modo que o único meio de evitar tamanha vergonha seria prohibir essa escandalosa e selvagem romaria.⁴¹

Se Bilac expressava demasiado repúdio às manifestações culturais populares, Francisco Guimarães (o Vagalume), jornalista militante da cultura negra, cujas práticas dançantes e carnavalescas buscava registrar, teceu elogios à Festa da Penha, conforme artigo publicado no *Jornal do Brasil*:

39 Mônica Pimenta Velloso. As tias baianas tomam conta do pedaço..., *Op cit*, p. 11.

40 Carlos Eduardo Dias Souza. **E o samba pegou o trem: cultura e sociabilidade popular no subúrbio carioca na Primeira República**. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, Jul. 2010, p. 7.

41 Olavo Bilac. Chronica. In: **Kosmos**, Rio de Janeiro, Out.1906, n. 10, p. 1-3.

Viva a Penha! gritavam uns; Viva a Penha! repetiam outros. Dansava-se, batucava-se, soavam pandeiros; [...] zabumbava-se; apregoavam-se mercadorias diversas; em altas vozes ofereciam-se roscas e refrescos; [...] silvavam os trens da Leopoldina. Afinal um barulho de entontecer e uma alegria extraordinária.⁴²

Fora o preconceito, havia o controle e a vigilância exercidos pelo policiamento ostensivo. Por exemplo, “na festa da Penha, os pandeiros eram arrebatados pela polícia, por medida de precaução”.⁴³

O aparelho policial, a serviço do Estado, tinha o intuito de disciplinar as atitudes e comportamentos dos cidadãos, seguindo a ideologia da vadiagem, embasada nas formas legais do Código Penal Republicano, em seu Livro III, Capítulo XIII, acerca dos vadios e capoeiras:

Art. 399 – Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.⁴⁴

É importante frisar que pela ótica da classe dominante, o uso do pandeiro e violão, a prática de “serenatas”, danças e batuques estavam associados aos pobres e desocupados com vícios e crimes, numa equação cuja solução estava na “extirpação”. Como fonte de todos os perigos, como condição de possibilidade para os crimes e as desordens, estes indivíduos “precisavam” ser vigiados, controlados, presos e banidos. É o “controle das virtualidades” de que nos fala Foucault, isto é, a lei prevenindo possíveis males.⁴⁵

Em contrapartida, observa-se que a maioria dos indivíduos ligados à música, buscava alcançar seu próprio sustento, mesmo às custas de baixos salários, vivendo de ocupações temporárias e expedientes variados. Era comum que, desde muito cedo, estes homens aprendessem a “viração”, fazendo bicos pelas ruas do centro e subúrbios da cidade. Sobre as ocupações dos músicos e sambistas cariocas, Cunha aponta que:

Ofícios como os de marceneiro, empalhador, pintor de paredes – e a rotina dura da estiva – funcionaram como um suporte essencial para a maior parte desses homens que provavelmente buscavam, nas

42 “FESTA DA PENHA”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 Out. 1911, n. 296, p. 4.

43 Roberto Moura. *Op cit*, p. 111.

44 Coleção de Leis do Brasil, 1890, Página 2664, Vol. Fasc. X. *Op cit*.

45 Léa Maria Carrer Iamashita. “**Ordem**” no mundo da “**Desordem**”..., *Op cit*, p. 149.

profissões autônomas, a possibilidade de controlar o próprio horário de trabalho e exercer a atividade musical no tempo livre.⁴⁶

Portanto, tudo o que fosse meio de ganhar a vida para as camadas mais pobres, o esforço por conciliar trabalho, música e lazer em meio às atividades cotidianas, ou seja, a ordem da sobrevivência, era percebida como “desordem” aos olhos da elite dirigente.

Tanto pelos textos inflamados escritos por Bilac, quanto pela ação truculenta da polícia, os meios de repressão tinham como objetivo evitar que o ritmo e a musicalidade do samba caísse no gosto popular. Haja vista que era crescente o número de indivíduos que se aglomeravam para assistir a batucada e as rodas de samba, muito comum nas calçadas de botequins, quiosques e nas festas populares que antecediam o carnaval.

Na matéria intitulada “*Samba e xadrez no buraco quente*”, publicada em 4/12/1906 no *Jornal do Brasil*, nos mostra uma intervenção “preventiva” da polícia no bairro de Mangueira:

Na zona do 18º Districto ha tambem uma Favella-Mirim, situada na rua Visconde de Nitheroy. Todos os sabbados, o pessoal biguano arranja um pretexto para um samba com todos os ff e rr. Na noite de sabbado a “farra” foi no Buraco Quente. A patuscada corria animadissima, ouvindo-se ao longe o pandeiro, o chocalho, o réco-réco, a castanhola, etc.. e mais a voz do pessoal que enthiasmado se desmanchava todo ao som de uma chula jocôsa. No meio da festa chegou a policia, encostou a “Viúva Alegre” e lá se foi o pessoal chorar... as suas maguas no xadrez do 18º Districto.⁴⁷

Outras vezes eram os próprios moradores dos arrabaldes da cidade que chamavam a atenção da polícia, haja vista que em uma festa divertida, regada à comida e bebida, o barulho incomodava, o que pôde ser constatado em matéria do jornal *Correio da Manhã*, de 22/02/1910:

Aos sabbados e domingos realizam-se em uma casa da rua da Capella, na Piedade, sambas, acompanhados de requebradas polkas e valsas, ao som de uma charanga. Á meia-noite em ponto é a nota infernal da festa: ouve-se uma salva de 21 tiros, seguidos de foguetões, vivas, etc. É uma belleza! Os moradores da referida rua não dormem, devido á barulheira, notando-se que a festa é organizada pelo pessoal da Lyra, acabando ás vezes com a apotheose – Rollo num samba. Ao delegado do 20º districto policial, em nome dos habitantes da rua da Capella, pedimos providencias.⁴⁸

46 Maria Clementina Pereira Cunha. “*Não tá sopa*”..., *Op cit*, p. 157-158.

47 “Samba e xadrez no buraco quente”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 Dez 1916, Ed. 339, p. 8.

48 “SAMBAS E FOGUETORIOS”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 Fev 1910, Ed. 3142, p. 5.

Vimos então, que tal festividade era recorrente no bairro da Piedade, bem como foi publicado em edição posterior do *Correio da Manhã*, em 06/03/1910:

PIEDADE. Nas proximidades dessa estação, à noite, reúne-se um grupo de indivíduos que provocam a paz dos moradores. Jogos de capoeiragem, ensaios de saltos, letras de samba, enfim, exercitam-se em todo o abecedário da vida da *fina flor da gente*. Mas os moradores acham isso esquisito, a ponto de amedrontá-los, pedindo-nos que reclamemos providências à polícia, para que essa gente os deixe em paz.⁴⁹

Segundo os relatos mencionados pela imprensa, podemos constatar que em dadas ocasiões a repressão policial limitava-se à ocorrências pontuais, provindas de denúncias de cidadãos que se sentiam incomodados.

Marcos Luiz Bretas, ao analisar a força policial do Rio de Janeiro no começo do século XX, esclarece que a polícia em suas atividades rotineiras, lidava com uma diversidade de situações e uma gama de eventos repetitivos (jogos de azar, roubos, prostituição, etc). Afirmou ainda que o trabalho do pessoal de uma delegacia policial raramente envolvia ações de fiscalização, dependendo na maioria das vezes de informações, prisões ou queixas trazidas pelo público ou pelo policiamento ostensivo.⁵⁰

Cabe salientar também que a relação entre os agentes da lei e as camadas mais humildes da população sempre foi complexa e controversa, visto que a maioria dos policiais era formada por homens negros e pobres, e geralmente moravam nas mesmas áreas onde atuavam como agentes repressivos do Estado, à exceção dos cargos de comando que eram ocupados por brancos. Tal característica gerava a constante necessidade – e mesmo a inevitabilidade – de formação de alianças e rivalidades entre o corpo policial e os habitantes da cidade.⁵¹

Por exemplo, Bretas nos diz que após um grande conflito no Congresso Universal, “baixa sociedade de dança” situada na rua de Santana 55, a polícia prendeu todos que não conseguiram fugir a tempo, e entre os presos encontrava-se o soldado músico nº 244, da força policial de Niterói. O soldado participara do conflito uniformizado e portando sua arma, tendo recebido um ferimento na mão que procurava esconder. No desfecho do caso, o músico acabou sendo liberado pelos policiais militares.⁵²

49 “PIEDADE”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 Mar 1910, Ed. 3154, p. 6.

50 Marcos Luiz Bretas. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 118.

51 Eric Brasil Nepomuceno. *Op cit*, p. 269.

52 Marcos Luiz Bretas. *Op cit*, p. 121.

Vemos assim que, apesar da ideologia de controle, vigilância e repressão desenvolvida pelo regime republicano, houve dificuldade na execução do efetivo controle policial para conter as práticas populares. De fato, havia grande número de agremiações, sociedades e grupos carnavalescos que se formavam e saíam às ruas da cidade nos dias que antecediam o carnaval. Outra possibilidade seria que, além do grande número de foliões a ser controlado pela polícia, o gosto pela festa em si, pela dança coletiva, em multidão, tomando conta das ruas, fosse paixão popular, expressão muito forte que tem a dança na cultura africana, que não poderia deixar de se manifestar, ainda que com intervenções e adaptações dos sistemas de controle.

Vejamos no próximo capítulo, como a prática do carnaval popular conseguiu afirmar-se e sobreviver a toda a perseguição sofrida durante a Primeira República.

Capítulo 3: As estratégias de afirmação do carnaval “popular”

No início do século XX, os blocos e cordões de carnaval eram vistos com desconfiança pela alta sociedade, homens e mulheres negras buscaram então uma forma de se adequar a determinados padrões exigidos pela elite dirigente, criando redes de sociabilidade e mecanismos de sobrevivência.

Nesse período, muitos ensaios de cordões ocorriam em recintos fechados, a exemplo das salas de frente de pequenos sobrados com suas janelas abertas para a rua, atraindo entusiastas que se aglomeravam nas calçadas para ouvir a batucada.⁵³ A luta carnavalesca para impor a presença do negro e suas formas de organização e expressão nas ruas da capital republicana, ganhou força na pessoa de Hilário Jovino Ferreira:

Hilário, que se tornaria o principal criador e organizador dos ranchos da Saúde, talvez o principal responsável pelo deslocamento dos desfiles para o Carnaval, o que transformaria substancialmente suas características: a festa profana passa a sugerir um novo enfoque musical e coreográfico, se transferindo para a Cidade Nova, em torno da praça Onze.⁵⁴

Assim, espaços onde havia maior liberalidade ou menor vigilância policial, tornaram-se pontos de encontro de grupos e agremiações carnavalescas, que expressavam desejo de ascensão e prestígio social. A Praça Onze de Junho, na cidade do Rio de Janeiro, foi um desses lugares onde o carnaval popular ganhou notoriedade. Segundo Eneida de Moraes, considerada eterno reduto do samba, “era impossível separar o samba carnavalesco da Praça Onze. Nascesse onde nascesse o samba, era na Praça Onze que ele vinha alimentar seus súditos, crescer e tomar conta da cidade”.⁵⁵ Soihet corrobora essa afirmação, ao apontar que:

Era a Praça Onze o espaço privilegiado do carnaval popular. Muito se falava acerca da “crioulada” ali existente, embora se encontrassem também mestiços e brancos mais humildes. Seus frequentadores eram aqueles das casas de cômodos da periferia do centro, das casinhas da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Cidade Nova, dos subúrbios e das favelas.

⁵³ Maria Clementina Pereira Cunha. *Ecos da folia...*, *Op cit*, p. 198.

⁵⁴ Roberto Moura. *Op cit*, p. 89.

⁵⁵ Eneida de Moraes. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1958, p. 118.

[...] O ponto alto do carnaval da Praça Onze iniciava-se ao final da tarde de domingo, quando os grupos de foliões dos bairros e subúrbios começavam a chegar, trazidos pelos trens da Central, ou pelos bondes da Zona Sul até a Galeria Cruzeiro, e da Zona Norte até o Largo de São Francisco e à Praça Tiradentes.⁵⁶

O predomínio nesse espaço se justificava por conta da rápida multiplicação dos grupos voltados para o lazer e a festa carnavalesca, sendo estes quase indistintamente chamados de clubes, sociedades, blocos, cordões e ranchos pela imprensa. Segundo Cunha, existiram na região central da cidade, entre 1900 e 1910, pelo menos 109 grupos carnavalescos regulares.⁵⁷

Em consequência, o aumento acentuado dos variados grupos populares desapontou qualquer expectativa das elites em tornar a festa carnavalesca homogênea, europeizada, mas nos deixa uma noção do quanto a festa podia ser negociada nos bastidores do cenário carnavalesco.

Por exemplo, no começo dos noventa, o Senador Pompeu e o Barão de São Felix, junto com outros ilustres representantes da ex-aristocracia local e que batizaram as ruas da Cidade Nova e do porto, acolheram com benevolência muitos endereços relacionados à história do samba. Em 1907, existiam ao mesmo tempo nas ruas Senador Pompeu e Barão de São Felix oito agremiações dançantes e carnavalescas.⁵⁸

Longe de imaginar que a classe dirigente da República não se misturava com os populares, temos exemplos de personalidades que os apoiavam e partilhavam de seus costumes. Por exemplo, o senador gaúcho Pinheiro Machado era um daqueles que parecia apreciar a “gente da lira”. Em 1908, João da Baiana teve seu pandeiro apreendido pela polícia quando tocava nas ruas da Penha, e não pôde comparecer na casa do Senador, na qual seu grupo fazia apresentações musicais com frequência. Logo no dia seguinte, o Senador presenteou o músico com um pandeiro com a inscrição “A minha admiração, João da Baiana, senador Pinheiro Machado”; para que o compositor não sofresse repressão sistemática da polícia.⁵⁹

Encontramos também relatos sobre Tia Ciata, a mais famosa das “tias baianas”, cuja fama de curandeira correu a cidade, chegando até o Presidente Venceslau Brás, de quem livrou um eczema na perna, que os médicos não conseguiram debelar. Dessa

⁵⁶ Rachel Soihet. Lutando pela inclusão..., *Op cit*, p. 82-83.

⁵⁷ Maria Clementina Pereira Cunha. “**Não tá sopa**”..., *Op cit*, p. 135.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 138.

⁵⁹ Entrevista de João da Baiana ao Museu da Imagem e do Som *apud* Hermano Vianna. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro, Zahar, 2 ed, 2012, p. 114.

forma, obteve para o marido um posto no gabinete do Chefe de Polícia, e desde então não teve que se preocupar com as perseguições policiais às cerimônias que se realizavam em sua casa.⁶⁰

É importante salientar que o controle e autorização para reuniões, eventos, festas, préstitos, e demais formas de lazer estavam sob responsabilidade da polícia, e passavam necessariamente pela concessão de licença assinada diretamente pelo chefe de polícia.

Desse modo, as associações populares, a fim de garantir a diversão dos foliões e obter reconhecimento social, buscavam se adequar às regulamentações, requisitos e exigências legais das autoridades. Seus pedidos de licença eram submetidos à apreciação do chefe de polícia para viabilizar tanto o seu funcionamento, quanto a realização de ensaios ou sair às ruas nos dias de carnaval.

O deferimento das licenças pretendidas ocorria após investigação (por meio de diligências dos delegados e inspetores de quarteirão) sobre os membros das diretorias e sócios dos clubes e agremiações carnavalescas, no tocante às suas profissões, local de moradia, conduta social entre outros fatores importantes. Bem como foi expedida, em 1907, uma circular aos delegados:

O Dr. chefe de polícia expediu a seguinte circular aos delegados. Recommendando-vos providencias afim de que as informações requisitadas por essa delegacia ácerca dos clubs carnavalescos que requerem licença; sejam dadas com todo escrupulo e criterio, devendo-se proceder para isso a rigorosa syndicancia. Outrossim, cientifico-vos de que só poderão começar os ensaios carnavalescos do dia 20 do corrente em diante de sociedades que estiverem previamente licenciadas por esta repartição [...]⁶¹

Os grupos e clubes carnavalescos tinham que deixar claro em seus pleitos a idoneidade e boa conduta de seus membros. Podemos, então, verificar este protocolo no pedido de licença do Grupo Carnavalesco Africano de Ramos, por intermédio de seu presidente Irineu Bonfim:

incumbido pela junta governativa de um pequeno divertimento inteiramente familiar, denominada Africanos de Ramos, vem impetrar de V. Exc.^a a necessária licença para a saída à rua (...), não só no sábado de carnaval, como nos três dias seguintes, sendo a mesma composta das seguintes senhoritas: Vicentina de Araújo, Julia Vieira dos Santos, Angelina de Almeida, Justina Nogueira, Guiomar dos

60 Rachel Soihet. Um debate sobre manifestações culturais populares..., *Op cit*, p. 6.

61 "CARNAVAL". *O Paiz*. Rio de Janeiro, 7 Jan 1907, Ed. 08134, p. 2.

Santos, Josephina Almeida, Harea Bonfim, Almerinda Machado, Julia Machado.

Ensaíados pelos Srs. Irineu Bonfim – Empregado nos Telégrafos, Galdino Nogueira – Escriturário da E.F.C.B, Frederico de Oliveira – Foguista da E.F.C.B. Júlio Dias – Operário.⁶²

Nos chama a atenção o fato de que ao pleitear a licença, os dirigentes do grupo registram seus respectivos ofícios, demonstrando seriedade, além de declarar se tratar de um pequeno grupo familiar.

Logo, os diversos grupos populares compreenderam o uso da cultura escrita, especificamente o uso da lei em seu favor, como um caminho para garantir e expandir o direito de associação, expressão e representatividade diante da República que vinha se constituindo.⁶³

Desde então, os pedidos de licença tornam-se uma prática corriqueira às vésperas dos festejos carnavalescos. Encontramos numa edição do jornal *O Paiz*, de 1907, que foram licenciados mais os seguintes clubs, sociedades e grupos: Gremio Carnavalesco Lyra Dois Diamantinos, Gremio Carnavalesco Infantil Filhos dos Clowns, Club dos Chinezes, Club Carnavalesco Caprichosos dos Cajueiros, Sociedade Carnavalesca Amantes das Morenas,⁶⁴ entre outros, seguidos dos respectivos endereços das sedes, e totalizando 30 (trinta) licenças apenas naquela edição.

Ainda, para aquele Carnaval de 1907, Cunha revela que um escrivão registrou uma longa relação com 312 autorizações para que estes grupos saíssem às ruas.⁶⁵

Diferentes narrativas apontam um elemento em comum: a presença marcante dos segmentos populares como agentes ativos no carnaval das ruas centrais da cidade. Em 1906, João do Rio descreveu a impressionante multiplicação dos grupos populares, em crônica “Elogio do cordão”, publicada na Revista *Kosmos*:

Não se podia andar. A multidão apertava-se sufocada. Havia faces congestionadas, sujeitos a praguejar, gritos de mulheres... Era provável que do largo de S. Francisco à rua Direita dançassem vinte cordões e quarenta grupos, rufassem cem bumbos e duzentos tambores, gritassem cinquenta mil pessoas. A rua convulsionava-se como se fosse fender, rebentar de luxúria e de barulho...⁶⁶

Neste mesmo ano, o jornal *Gazeta de Notícias* promoveu um concurso entre os

62 Arquivo Nacional, GIF1, 6C408 *apud* Eric Brasil Nepomuceno. *Op cit*, p. 174.

63 Eric Brasil Nepomuceno. *Op cit*, p. 32.

64 “LICENÇAS”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 Jan 1907, Ed. 08143, p. 2.

65 Maria Clementina Pereira Cunha. *Ecos da folia...*, *Op cit*, p. 197.

66 João do Rio. Elogio do Cordão. In: **KOSMOS**. Rio de Janeiro, Fev. 1906, p. 12.

cordões carnavalescos, valendo a distribuição de dois prêmios: o 1º – **um rico estandarte** – ao que mais luxuoso se apresentar, e o 2º – **uma menção honrosa**, em artística bandeira – ao mais original e espirituoso. O jornal conclui as instruções, informando que o concurso não requer inscrições e nem formalidade alguma. Basta a passagem do grupo pelo escritório, cujas portas estará um júri composto por três redatores, na segunda-feira de carnaval – das 3 às 6 horas da tarde; sendo os prêmios entregues na terça-feira à 1 hora da tarde.⁶⁷

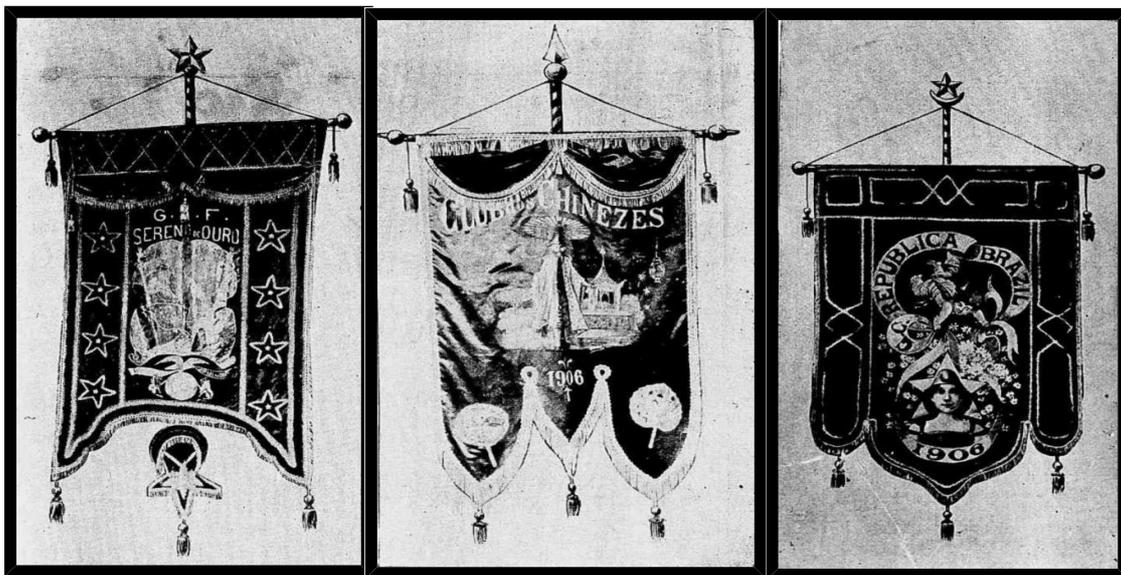


Imagem 3 – Estandarte – expressava distinção e valor de cada grupo que desfilava pelas ruas da cidade. Revista da Semana. N. 305, 1906, p. 18-19.

O escritório da Gazeta de Notícias estava situado na Rua do Ouvidor nº 104, e o ato de saudar as redações dos jornais constituía uma prática comum entre os grupos carnavalescos que desfilavam pelas ruas do Centro da cidade. Essa prática visava, sobretudo, ganhar territórios simbólicos na festa, conseguir espaço nas páginas dos jornais, ter seu esforço e dedicação reconhecidos publicamente e ser elevados ao rol dos grupos de destaque. Ademais, poderiam expor publicamente preferências e identidades, além de suas próprias elaborações criativas sobre o carnaval.⁶⁸

Nesse contexto, é possível perceber como tais grupos foram capazes de se aproximar de determinados padrões tolerados, permitidos e valorizados pela polícia e pelas elites intelectuais conseguindo maior autonomia e espaço de sobrevivência.⁶⁹

67 “O CARNAVAL DE 1906”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 4 Fev 1906, Ed. 35, p. 3.

68 Eric Brasil Nepomuceno. *Op cit*, p. 175.

69 *Idem, ibidem*, p. 30.

Outro aspecto relevante que mereceu nossa análise, foi a preocupação de homens e mulheres negras com a auto representação, ou seja, como estes cidadãos investiram na imagem como meio de integrar-se à sociedade branca, porém sem perder sua essência cultural.

Dessa forma, os membros das diretorias dos clubes e associações procuravam aparecer sempre bem trajados, de terno e gravata, em postura séria, passando todo o sentido de seriedade e respeitabilidade. Esta conduta pretendia afastar as imagens estereotipadas veiculadas em revistas e jornais, onde homens negros eram comumente retratados com roupas humildes, sem sapatos, em postura submissa nas charges.⁷⁰

As sociedades carnavalescas encontraram na fotografia um importante espaço para se fazer representar para um público mais amplo. Adotaram estratégias para apresentarem-se como modernos cidadãos republicanos.

Desejavam construir através do registro fotográfico uma imagem de moralidade e decoro compatíveis com os padrões aceitos na sociedade carioca do período. Como exemplo, as fotografias tiradas nas sedes das sociedades carnavalescas se somavam ao esforço desses grupos para demonstrar sua respeitabilidade diante das forças policiais, em busca de licença, diante dos jornais em busca de apoio, e diante do público em busca de valorização e sucesso.



Imagem 4 - Grupo de foliões da Sociedade Carnavalesca Ninho do Amor, sediada em São Cristóvão. Fotografia tirada por ocasião da festa oferecida à imprensa. Revista da Semana. N. 562, 1911, p. 12.

⁷⁰ Eric Brasil Nepomuceno. *Op cit*, p. 61.



Imagem 5 – S. D. C. Ninho do Amor. Revista da Semana. N. 562, 1911, p. 12.

Na imagem acima, destaca-se um grupo de pastoras (mulheres que faziam o coro do canto das sociedades), retratadas de modo bem comportado, quase sempre sentadas, portando longos vestidos e de cor clara em sua maioria, com expressões sérias, mãos ao colo, cabelos presos atrás da cabeça ou formando coques.⁷¹

Pouco a pouco, o carnaval popular ganhou maior projeção através dos concursos competitivos promovidos pelos principais jornais da cidade. Timidamente, acabou por entrar na sociedade branca. Em 1913, os préstitos populares passaram a se apresentar na Avenida Central, às segundas-feiras de carnaval, outrora, restrita somente aos desfiles das grandes sociedades e corsos. Naquele momento, diminuíram as críticas, inclusive começaram até aparecer elogios na imprensa.

À medida que a década de 1920 se aproximava, com o fim da *Belle Époque*, ocorreu uma mudança de pensamento entre a elite, particularmente entre os intelectuais brasileiros, que voltaram-se então para a questão de refletir sobre a cultura nacional, genuína, autêntica e brasileira.

Esboçava-se um movimento cultural de aceitação da mestiçagem brasileira, aspecto de nossa identidade que deveria ser valorizado. A partir de 1920, no contexto do pós Primeira Guerra Mundial, com o desprestígio da cultura europeia, inova-se a reflexão acerca da nacionalidade brasileira. Nesse contexto de valorização das autênticas práticas culturais da nação, valorizou-se a cultura popular e, os segmentos

⁷¹ Eric Brasil Nepomuceno. *Op cit*, p. 68.

populares, responsáveis pela promoção do carnaval, passaram à condição de “dignos de reconhecimento” e valorização. E os representados dos ranchos e cordões passaram a denominar-se “Escolas de Samba”, no começo dos anos 1930.

Considerações Finais

Ao longo de nosso trabalho, vimos como a elite dirigente republicana tão logo assumira o governo após a Proclamação da República, deu início a um projeto de modernização do país, tomando como vitrine de seu esforço “civilizacional” a cidade do Rio de Janeiro. Na percepção daquela sociedade *“fin de siècle”*, a cidade era o lugar da construção da modernidade e a metrópole era percebida como a forma mais específica de realização da vida moderna.

Elencamos as estratégias das elites para atualizar e embelezar a cidade, racionalizar espaços, implantar obras de saneamento, abrir avenidas largas e iluminadas, enquanto, paralelamente, tentava racionalizar o comportamento da maioria da população, que era pobre e se amontoava no centro velho da cidade, nos casarões coloniais ou nos cortiços. Essa gente foi expulsa para a periferia, de forma a livrar o centro reformado da cidade do aspecto desorganizado e do abrigo de práticas sociais tomadas como atrasadas e irracionais.

Na cidade modernizada não poderia mais coexistir práticas culturais tradicionais, particularmente os “africanismos”, como o candomblé; as práticas afro-brasileiras, como a capoeira e a umbanda; as “raizadas” curativas, as rezas e benzições para a proteção do corpo ou para “abrir os caminhos”.

As tentativas de vigilância, controle, coerção e repressão policial se mostraram malsucedidas, particularmente das práticas carnavalescas que teimavam em “vingar”, com seus desfiles, ensaios de samba e coreografias. Claro que o carnaval, manifestação máxima das classes populares, seria rechaçado durante a Primeira República, em decorrência da origem de seus músicos, compositores e foliões, que fugiam aos padrões comportamentais esperados da *Belle Époque*; provinham dos grupos desclassificados socialmente.

Vimos o desgosto da elite no discurso de seu ilustre representante, Olavo Bilac, na condenação à “gentalha” que tomou conta da Festa da Penha, e que deu àquela um ar de incivilidade, com suas músicas, danças e barracas de comida. Por isso mesmo o recolhimento pela polícia de pandeiros durante a festa, para evitar a execução dos sambas, que tanta gente atraía.

Além de coibir as práticas festivas e religiosas, os grupos populares eram perseguidos por exercerem uma miríade de atividades de sobrevivência, pequenos

trabalhos, venda ambulante, cantos, sambas, festejos e animações, uma vez que não tinham trabalho fixo. Músicas e cerimônias em “terreiros”, festas em igrejas ou procissões, barracas de comidas pelas ruas, parecia mesmo uma forma de viver e de sobreviver, uma forma de ser e de se socializar, uma identidade que teimava em existir.

Parecia impossível controlar o gosto pelo carnaval popular, disseminado simplesmente pela maioria da população da cidade, que era pobre e mestiça. Mais e mais surgiam agremiações e sociedades carnavalescas que, de suas partes, se esforçavam para brincar o carnaval com menos perseguições ou riscos de prisão. Para tanto, lançaram mão de estratégias para que suas tradições fossem melhor aceitas. Por exemplo, procuraram exercer suas atividades culturais em espaços onde poderiam desfrutar de maior liberdade, onde havia menor violência policial. Ou então, ocupavam espaços tradicionalmente reconhecidos como “seus”, como a Praça Onze, já vinculada na memória coletiva como espaço de prática do samba.

Também tentavam seguir à risca as exigências para a concessão de licenças para eventos ou festas, respeitando prazos, escrevendo solicitações de forma oficiosa, polida e elegante, escolhendo para membros de diretoria de suas associações pessoas idôneas, evitando que suas petições fossem barradas durante sindicância policial.

Certamente, para compreendermos como o carnaval popular conquistou seu espaço na sociedade republicana, devemos ter em mente que tal façanha derivou em parte das relações de sociabilidade criadas pelos foliões com políticos, jornalistas, intelectuais, personalidades do regime republicano que simpatizavam e acolhiam os sambistas, os “malandros” e seus ritmos musicais.

Outra interessante estratégia era homenagear a imprensa durante desfiles ou ensaios carnavalescos, fazendo paradas em frente às redações de jornais conhecidos, de forma a receberem gratuitamente uma “respeitosa” reportagem nas páginas do jornal, o que os valorizaria perante a sociedade.

Vimos que para os grupos populares não era problema se apresentarem como pessoas respeitáveis, civilizadas, negando o estereótipo de vagabundos e irresponsáveis. Se a moral burguesa e o decoro europeizado era exigido para serem aceitos, tudo bem submeter-se a estas adequações, desde que não mudasse a essência cultural da prática, o ritmo do samba, o pandeiro, a dança do corpo, a identidade da comemoração. Negociando aqui e ali, pouco a pouco os populares foram afirmando seu jeito de festejar.

Fontes:

- “A Cabeça de Porco”. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 27 Jan 1893, n. 26. In: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&Pesq=%22Barata%20Ribeiro%22&pagfis=7498 Acesso em: 25 Jan 2023.
- “A ‘mae-santa’ e os ‘devotos’ foram presos”. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28 Jul 1916, Ed. 209. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=38525 Acesso em: 07 Fev 2023.
- BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (Promulga o Código Penal). Coleção de Leis do Brasil, 1890, Página 2664, Vol. Fasc. X. In: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 Fev 2023.
- “CARNAVAL”. O Paiz. Rio de Janeiro, 7 Jan 1907, Ed. 08134. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pagfis=13165 Acesso em: 12 Abr 2023.
- “Confeitaria Colombo”. Careta, Rio de Janeiro, Ed 744, Anno XV, 23 Set 1922, In: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=28773> Acesso em: 15 Mar 2023.
- “FESTA DA PENHA”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 Out. 1911, n. 296. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_03&pagfis=10727 Acesso em: 16 Mar 2023.
- “Instantaneos”. Revista Careta. Rio de Janeiro, Ed. 142, Anno IV, 18 Fev 1911. In: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1911/careta_1911_142.pdf Acesso em: 15 Mar 2023.
- João do Rio (Paulo Barreto). As Religiões no Rio. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 Mar 1904, Ed. 74. In: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=7315 Acesso em: 08 Fev 2023.
- _____ . Elogio do Cordão. KOSMOS: Revista Artistica, Scientifica e Litteraria. Rio de Janeiro, Fev. 1906. In: http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1906_00002.pdf Acesso em: 08 Fev 2023.
- “LICENÇAS”. O Paiz. Rio de Janeiro, 19 Jan 1907, Ed. 08143. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pagfis=13223 Acesso em: 12 Abr 2023.
- Lima Barreto. Megalomania. Careta. Rio de Janeiro, Ed. 636, Anno XIII, 28 Ago 1920. In: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=24094> Acesso em: 25 Jan 2023.
- “NA CENTRAL”. O Paiz, Rio de Janeiro, 14 Jul 1900, Ed. 5759. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pagfis=982 Acesso em: 13 Fev 2023.

- “O ‘Candomblé’ do Ludgero foi por água abaixo”. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 4 Maio 1917, Ed. 123. In: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=40882 Acesso em: 08 Feb 2023.
- “O CARNAVAL DE 1906”. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 4 Feb 1906, Ed. 35. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=11444 Acesso em: 03 Maio 2023.
- “O Carnaval”. Revista da Semana. Rio de Janeiro, 18 Feb 1911, Anno XI, N. 562. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909_01&pagfis=12506 Acesso em: 05 Maio 2023.
- Olavo Bilac. Chronica. KOSMOS: Revista Artistica, Scientifica e Litteraria. Rio de Janeiro, Mar. 1904, n. 3. In: http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1904_00003.pdf Acesso em: 25 Jan 2023.
- _____. Chronica. KOSMOS: Revista Artistica, Scientifica e Litteraria. Rio de Janeiro, Out. 1906, n. 10. In: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=146420&pagfis=1837> Acesso em: 16 Mar 2023.
- “PIEIDADE”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 6 Mar 1910, Ed. 3154. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=592 Acesso em: 25 Abr 2023.
- “Rio de Janeiro – Estandartes das Sociedades Carnavalescas”. Revista da Semana. Rio de Janeiro, 18 Mar. 1906, Anno VII, N. 305. In: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909> Acesso em: 05 Maio 2023.
- “Samba e xadrez no buraco quente”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 4 Dez 1916, Ed. 339. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_03&pagfis=36290 Acesso em: 20 Mar 2023.
- “SAMBAS E FOGUETORIOS”. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22 Feb 1910, Ed. 3142. In: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pagfis=485 Acesso em: 20 Mar 2023.

Bibliografia

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **“Não tá sopa”: Sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930**. São Paulo: Editora Unicamp, 2016.

FERREIRA, Felipe. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

IAMASHITA, Léa M. Carrer. Educação, modernização e eugenia nos projetos de nação brasileira, na década de 1920. In: IAMASHITA, Léa M. Carrer (Org.). **Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais**. Brasília: Verbena Editora, 2016.

_____. **“Ordem” no mundo da “Desordem”: Modernização e cotidiano popular (Rio de Janeiro, 1822-1840)**. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

KLEMI, Albene Miriam Menezes. Intelectuais da Primeira República: a raça como problema nacional da modernização do Brasil. In: IAMASHITA, Léa M. Carrer (Org.). **Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais**. Brasília: Verbena Editora, 2016.

MALLMANN, Marcela Cockell. **Pelos becos e pela avenida da Belle Époque carioca**. SOLETRAS, Ano X, n. 20, jul./dez. 2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.

MORAIS, Eneida de. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.

MOURA, Fabiana Silveira. **A rua e seus olhares: A Belle Époque carioca nas crônicas de João do Rio e Machado de Assis**. Dissertação - Curso de Mestrado em Literatura Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Municipal de Cultura/Depto Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995, 2 ed.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais Atlânticos: Cidadania e Cultura Negra no Pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)**. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. In: **TOPOI. Revista de História**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOIHET, Rachel. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). In: **Textos escolhidos de cultura e arte populares**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2007.

_____. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930. In: **Trajetos – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Deptº de História da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2001.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. **E o samba pegou o trem: cultura e sociabilidade popular no subúrbio carioca na primeira república**. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, Jul. 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, v.1, 3 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

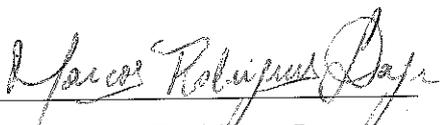
_____. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 2 ed, 2012.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Marcos Rodrigues Lage, RG 013071014-8, declaro para todos os efeitos que o **Trabalho de Conclusão de Curso** intitulado “A modernização republicana e a tentativa de domesticar o carnaval popular (Rio de Janeiro, 1889-1930)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 7 de julho de 2023.



Marcos Rodrigues Lage